



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

1ª RETIFICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2026 - COMPRASGOV Nº 90041/2026 - DETRAN

OBJETO: Contratação de serviço de Locação de veículos tipo **Micro-Ônibus, com condutor**, com ano mínimo de modelo/fabricação 2023, capacidade mínima de 16 lugares, seguro total, com **motorista** disponível para deslocamentos para interior do estado (com despesas por conta da Contratada) e com todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Trânsito.

A **SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES – SELIC, COMUNICA**, aos interessados que o pregão acima mencionado, com **1) Aviso de Licitação**, publicado no Diário Oficial do Estado, Nº 14.199, Pág. 21, do dia 04/02/2026 e no Jornal de Grande Circulação (Opinião), Pág. 10, do dia 04/02/2026 e no sites: www.ac.gov.br, www.licitacao.ac.gov.br; com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, notifica que houveram questionamentos e respostas e foi **RETIFICADO** conforme abaixo:

Em atendimento ao pedido de esclarecimento solicitado por empresas interessadas no processo licitatório, informamos a todos os interessados quanto à resposta da Autoridade Superior do Órgão, conforme abaixo:

1. DOS QUESTIONAMENTOS E DAS RESPOSTAS:

QUESTIONAMENTO 01:

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato administrativo. Os custos decorrentes de reajustes salariais fixados por Convenção ou Acordo Coletivo não configuram mera liberalidade do contratado, mas obrigação legal, devendo haver previsão expressa de repactuação ou revisão contratual para recomposição desses valores. A ausência de previsão clara compromete a competitividade do certame e pode ocasionar prejuízos futuros tanto a Administração quanto ao contratado. Diante do exposto, requeremos:

- O acolhimento do presente pedido de impugnação;
- A retificação da cláusula de reajuste, para que passe a prever expressamente a repactuação/revisão dos valores contratuais em razão de reajustes salariais decorrentes de Convenção/Acordo Coletivo da categoria dos motoristas;
- A republicação do edital, caso necessário, com reabertura de prazo.

RESPOSTA:

A empresa impugnante requer, em síntese:

- a) o acolhimento do presente pedido de impugnação;
- a) a retificação da cláusula de reajuste, para que passe a prever expressamente a repactuação/revisão dos valores contratuais em razão de reajustes salariais decorrentes de Convenção ou Acordo Coletivo da categoria dos motoristas.

Verificou-se que o objeto da contratação caracteriza-se como **serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra**, em razão do fornecimento de motorista, diante disso, a Administração promoveu **ajustes no Termo de Referência e nas cláusulas**, a fim de adequar o instrumento convocatório às disposições legais e às orientações dos órgãos de controle.

QUESTIONAMENTO 02:

No mérito, requer-se seja reconhecida a necessidade de adequação do instrumento convocatório, determinando-se:

- a) a inclusão de cláusula expressa vinculando a formação das propostas à Convenção Coletiva de Trabalho vigente aplicável à categoria profissional dos condutores, bem como ao respectivo Termo Aditivo registrado;
- a) a definição clara do enquadramento ocupacional aplicável aos profissionais que executarão o objeto contratual, com indicação expressa da categoria considerada na formação do orçamento estimado;
- a) a atualização do orçamento estimado e da planilha de custos para refletir integralmente os pisos salariais, benefícios obrigatórios e encargos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho e em seu Termo Aditivo;
- a) a parametrização objetiva dos benefícios trabalhistas obrigatórios, especialmente vale transporte, assistência social e demais encargos convencionais, com critérios mínimos uniformes para todos os licitantes;
- a) a inclusão, na planilha de custos, das despesas decorrentes de viagens dos condutores, contemplando diárias, alimentação, hospedagem, tempo à disposição e eventuais reflexos trabalhistas previstos em norma coletiva;
- a) a apresentação da memória de cálculo completa do orçamento estimado, com indicação das fórmulas, percentuais e premissas utilizadas para cálculo de férias, décimo terceiro salário, encargos sociais e provisões trabalhistas;
- a) a adequação da planilha editalícia para assegurar parâmetros uniformes de composição da mão de obra, garantindo comparabilidade objetiva das propostas e adequada aferição de exequibilidade.

RESPOSTA:

Trata-se de serviço de locação de veículos (micro-ônibus), no qual **o condutor figura como acessório necessário à adequada execução das demandas logísticas do DETRAN/AC**, tanto no interior quanto na capital.

Diferentemente do que faz crer o impugnante, não se trata de certame de terceirização pautado de forma única na Dedicação Exclusiva de Mão de Obra, onde o trabalhador e a sua subordinação direta formam o núcleo da contratação. Trata-se de futura e eventual contratação de prestação de serviço (locação de veículo), no qual o condutor figura como insumo necessário para a completa execução da necessidade do DETRAN/AC. Esclarece-se, portanto, ser uma contratação de natureza mista, com presença de mão de obra, porém não estruturada integralmente e minuciosamente sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo esta observada sim, mas apenas na medida estritamente necessária à operacionalização do serviço, uma vez que para as licitações e contratações públicas, pelo princípio da especialidade, o que impera é a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Estadual nº 11.363/2003.

Dito isso, a formação do Orçamento Estimado das licitações não exige a construção minuciosa e exaustiva com base em todas as rubricas de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), considerando que a precificação estimada do certame, como é sabido, segue as regras obrigatórias do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 104 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, que determinam as pesquisas com base em preços praticados pelo mercado, principalmente aqueles obtidos pelo PNCP e demais contratações similares feitas pela Administração Pública. Ressaltando ainda, as cotações diretas com fornecedores que, em tese, demonstram com maior precisão, o preço regional cobrado pelo serviço nas condições impostas pelo órgão/autarquia. E nesse parâmetro, os fornecedores apresentam livremente seus preços, plenamente cientes dos custos envolvidos e das obrigações legais incidentes sobre a execução contratual, como é de praxe em todas as demais secretarias do Estado.

Em resumo, no que tange à análise feita do mercado em geral (registros de preços públicos e diretos com fornecedores), presume-se que o valor global obtido nas pesquisas mercadológicas já internaliza, por decorrência lógica, os custos operacionais, tributários e de pessoal, inclusive aqueles decorrentes da Convenção Coletiva de Trabalho vigente à época da pesquisa. Não havendo disposição legal, no âmbito da 14.133/2021, que imponha que o valor do orçamento estimado da Administração deva se ater ao destrinche das convenções coletivas de trabalho ou demais normas de cunho trabalhista em cada referência obtida em cada parâmetro utilizado. Caso houvesse essa disposição, assim seria cumprida.

É imperativo distinguir o Orçamento Estimado da Administração da análise da Planilha de Composição de Custos das Licitantes, a fim de evitar interpretação equivocada das disposições do Edital.

A Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços constante do Anexo I possui caráter referencial e visa conferir transparência à estrutura exemplificativa de custos considerados para a execução do objeto, sendo utilizada exclusivamente para posterior aferição auxiliar da exequibilidade das propostas, enquanto o Orçamento Estimado compõe elemento da fase preparatória da licitação, cujo o valor deve ser oriundo de parâmetros específicos da Lei de Licitações, desvinculados essencialmente de matéria trabalhista específica.

Com base nesta premissa, passa-se à análise técnica dos pedidos formulados no mérito da impugnação :

a) Inclusão de cláusula expressa vinculando a formação das propostas à CCT vigente e seu Termo Aditivo

Análise: O Termo de Referência já exige a observância e o cumprimento da legislação trabalhista, conforme se verifica nos itens 16.1.8, 19.1 e 20.2.1. A Administração, no entanto, não elege nem impõe CCT específica no Edital, pois é plenamente presumível que as propostas recebidas observarão os acordos e convenções vigentes no momento da formulação dos preços. Vale ressaltar que o enquadramento sindical é de responsabilidade da licitante, conforme sua atividade econômica preponderante e base territorial. Contudo, assiste parcial razão à impugnante no sentido de que deverá ficar expresso no edital do certame, especificamente na cláusula da proposta, que a CCT vigente (e seus possíveis aditivos), deverão ser observados e informados na formulação das propostas, para viabilizar de forma mais objetiva a posterior aferição da exequibilidade destas no “elemento” motorista. Ainda que a Cláusula Vigésima Sexta do TR, item 26.9.5 em leitura conjunta com o item 26.9.6, preveja claramente que no tocante aos direitos pertinentes da dedicação exclusiva de mão de obra deverá ser considerado a Convenção ou Acordo Coletivo vigente à época da apresentação da proposta.

Decisão: Parcialmente deferido. O Edital/Termo de Referência deverá ser ajustado para prever expressamente, na cláusula da proposta, que as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho vigente, e seus possíveis aditivos, aplicável à categoria de cada licitante, deverão ser consideradas na formulação das propostas formais, para posterior aferição da exequibilidade no tocante ao motorista empregado (art. 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

b) Definição clara do enquadramento ocupacional aplicável aos profissionais (ex: Motorista Oficial x Motorista de Representação)

Análise: O Termo de Referência e Edital deste Departamento Estadual de Trânsito, deixa explícito em suas disposições que contratará o serviço final de transporte para servidores em ações operacionais e institucionais, especificamente previsto na Cláusula Quarta e Quinta do Termo de Referência. Tais atividades informadas possuem natureza operacional e institucional, perfeitamente compatíveis com a categoria geral de motorista habilitado conforme o Código de Trânsito Brasileiro. A exigência técnica da Administração restringe-se à qualificação para a condução do veículo (Categoria “D” ou compatível). A classificação interna no plano de cargos da empresa (oficial, de representação, de frota, etc.) é matéria de gestão de Recursos Humanos da licitante, que deve classificar seus próprios funcionários conforme a atividade que efetivamente desempenharão, observando a norma trabalhista pertinente e refletindo tal enquadramento em sua proposta, conforme considerar exequível, sendo seu o ônus da posterior comprovação por todos os meios legais admissíveis, incluindo a CCT utilizada como base, caso apresente o menor valor da disputa. Entende-se, assim, que as empresas do ramo devem deter o conhecimento técnico e a discricionariedade para estruturar suas contratações, desde que tais escolhas se reflitam, de forma razoável e juridicamente adequada, no valor final ofertado para o condutor.

Decisão: Indeferido. A Administração delimita a qualificação técnica necessária para a segurança do serviço, cabendo à licitante classificar seu funcionário conforme as atribuições efetivamente desempenhadas à luz da sua norma coletiva. O argumento de que a ausência de definição de categoria específica interferiria na composição do orçamento estimado, inviabilizaria a análise da exequibilidade e configuraria falha elementar no planejamento não possui lógica jurídica, considerando que elementos trabalhistas isolados não integram os parâmetros legais de definição do orçamento estimado, conforme já demonstrado. No que se refere à análise de exequibilidade, cumpre ressaltar que a planilha de composição de custos constante do processo possui caráter referencial, figurando como um dos instrumentos para a Administração verificar a viabilidade das propostas apresentadas no certame. Ademais, a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 59, § 2º, confere à Administração competência para realizar, de maneira aberta, diligências destinadas à aferição da exequibilidade da proposta ou, alternativamente, exigir que a própria licitante a demonstre por meios idôneos a viabilidade do valor ofertado.

c) Atualização do orçamento estimado e da planilha de custos para refletir integralmente os pisos salariais e benefícios da CCT/Aditivo

Análise: Conforme premissa já estabelecida, o valor de referência deste certame foi obtido através de ampla pesquisa de mercado (cotações diretas e Atas de Registro de Preços), em estrito cumprimento ao art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Entende-se que as empresas consultadas, ao formularem seus preços de locação com condutor, já computam seus custos operacionais vigentes e suficiente para a prestação do serviço, incluindo obrigações trabalhistas. Não cabe à Administração considerar, de forma automática, as propostas recebidas como inexequíveis pelo simples fato de não serem consideradas suficientes por determinado sindicato específico. O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC adquirirá o serviço pelo preço global de mercado, em respeito aos princípios da competitividade e da eficiência (art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021).

Decisão: Indeferido. O orçamento estimado reflete o preço de mercado válido e atual. A obrigação de detalhar as rubricas atualizadas da CCT na planilha recai sobre a licitante no momento da formulação de sua proposta, caberá ao DETRAN/AC, somente averiguar a razoabilidade e observância das condições mínimas trabalhistas na composição das propostas recebidas. O Orçamento Estimado da presente licitação permanecerá inalterado, por não haver quaisquer irregularidades ou ilegalidade identificadas na sua formação e em estrito atendimento ao princípio da eficiência e interesse público.

d) Parametrização objetiva dos benefícios trabalhistas obrigatórios (vale-transporte, assistência social, etc.) com critérios mínimos uniformes

Análise: A pretensão de parametrização uniforme dos benefícios trabalhistas obrigatórios não encontra amparo legal no caso concreto. Benefícios como vale-transporte e demais verbas de natureza indenizatória possuem caráter variável, dependente da organização logística da empresa e da situação individual de seus empregados. O custo do vale-transporte, por exemplo, é uma verba indenizatória variável que depende da logística da empresa e do domicílio do funcionário. Impor um valor linear artificial prejudicaria a competitividade. Cada licitante, deverá informar seu valor de referência no campo específico da planilha.

Decisão: Indeferido. O modelo de planilha anexo ao TR é referencial. Caberá à licitante parametrizar os seus custos na sua planilha individual, garantindo a cobertura dos direitos trabalhistas e demonstrando isso, sob pena de desclassificação. O item 19.1 do Termo de Referência dispõe ainda, de forma clara, que o valor da proposta deverá compreender todos os custos fixos e variáveis.

e) Inclusão, na planilha de custos, das despesas decorrentes de viagens (diárias, alimentação, hospedagem, horas extras)

Análise: O Item 1.1 do Termo de Referência é inequívoco ao prever que o serviço inclui viagens ao interior com despesas por conta da contratada. Despesas como diárias, alimentação, hospedagem e eventuais horas extraordinárias possuem natureza variável e dependem da organização logística e da gestão interna de pessoal de cada empresa. A Lei nº 14.133/2021 não impõe à Administração o dever de detalhar analiticamente tais variáveis na formação do orçamento estimado quando o objeto é contratado por preço global, cabendo à licitante estruturar sua proposta de modo a absorver esses custos.

Decisão: Indeferido. O licitante deverá absorver esses custos diluindo-os no preço global ofertado ou utilizando os campos "Despesas Operacionais" e "Outros" da planilha para demonstrar sua composição.

f) Apresentação da memória de cálculo completa do orçamento estimado (férias, 13º, encargos sociais)

Análise: A impugnante alega a ausência de transparência metodológica e memória de cálculo do orçamento. No entanto, o Sindicato confunde a formação do orçamento estimado (Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021) com a especificação analítica de contratos DEMO. Cabe esclarecer que a “memória de cálculo” do DETRAN/AC, assim como de qualquer outro órgão ou autarquia da Administração Pública, seja qual for a natureza da contratação, não é uma decomposição contábil de encargos previdenciários ou qualquer outro de norma específica. Trata-se, na realidade, de procedimento fundamentado em registros de preços públicos constantes de portais oficiais, como o PNCP, bem como em cotações diretas com fornecedores, consubstanciado no Mapa Comparativo de Preços anexo aos autos, no qual constam todos os documentos utilizados como referência no processo administrativo. A alegação de falta de transparência não procede, pois, conforme demonstrado nos autos do certame, o preço estimado foi obtido por meio do sistema GRP, utilizado no âmbito estadual, o qual processa automaticamente a média dos valores obtidos a partir de cotações diretas com fornecedores e de Atas de Registro de Preços ou contratos vigentes compatíveis com a licitação pretendida.

Decisão: Indeferido, pois a “memória de cálculo” requerida, obedece à metodologia de pesquisa de preços de mercado estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições do art. 98, 104, 105 e 107 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, devidamente consideradas e materializadas no processo administrativo por meio do Mapa de Preços anexo.

g) Adequação da planilha editalícia para assegurar parâmetros uniformes de composição da mão de obra

Análise: A planilha constante do instrumento convocatório possui caráter referencial, destinando-se a possibilitar a demonstração da formação do preço e a aferição da exequibilidade da proposta. A uniformização pretendida poderia comprometer a competitividade do certame, ao desconsiderar as diferenças estruturais e logísticas entre as empresas, interferindo indevidamente na gestão interna de seus custos. Compete à licitante estruturar sua composição de preços observando integralmente a legislação trabalhista e a norma coletiva aplicável, e informar juntamente com sua proposta. Cabendo à Administração apenas verificar a compatibilidade e exequibilidade do valor ofertado.

Decisão: Indeferido. A planilha do Anexo do Termo de Referência atende ao seu propósito de orientar a demonstração do preço global, permitindo à Administração realizar a análise de exequibilidade sem ferir a liberdade econômica e as variadas logísticas de custo das licitantes.

CONCLUSÃO:

O questionamento 1 foi acolhido quanto à necessidade de ajuste do instrumento convocatório, tendo sido promovidas as adequações necessárias para assegurar a correta previsão legal da repactuação dos custos de pessoal. Estando disponível Termo de Referência adequado no anexo deste Retificação.

Quanto ao questionamento 2 verifica-se que nenhuma das alegações merece prosperar. Não se identifica falha no planejamento, uma vez que o orçamento estimado foi elaborado em estrita observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante metodologia expressamente prevista no ordenamento jurídico. Tampouco se constata subdimensionamento do orçamento, pois presume-se que os valores obtidos por meio de pesquisa de mercado para o serviço de locação de veículos com condutor, já internalizam os custos operacionais, tributários e trabalhistas vigentes à época da pesquisa, sendo essa uma prática comum e plenamente aceita na Administração Pública. No tocante ao alegado descumprimento das normas trabalhistas, o Termo de Referência já exige a observância integral da legislação pertinente, sendo a observância e a aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho responsabilidade exclusiva da empresa licitante, conforme sua atividade econômica preponderante e base territorial.

Ademais, a pretensão de impor padronizações rígidas ou detalhamentos exaustivos no orçamento estimado ou na planilha referencial do edital revela interpretação excessivamente formalista da legislação, dissociada da natureza jurídica do objeto licitado. Impõe-se, nesse contexto, a observância do princípio do formalismo moderado, segundo o qual as

exigências formais devem guardar pertinência e relevância material, não podendo ser convertidas em óbices indevidos à competitividade, à eficiência e à seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e vantajosidade, conclui-se pela improcedência das alegações apresentadas.

Respondido por:

Orlando Sampaio S. Neto
Chefe da Divisão de Licitações
Portaria nº 959, de 08/10/2025.
DOE nº 14.124

2. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

ABERTURA: 17/03/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).

RETIRADA DO EDITAL: a partir de 03/03/2026 até a data de Abertura.

3. As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.

Adriano Santos da Silva
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SANTOS DA SILVA, Cargo Comissionado**, em 27/02/2026, às 10:44, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019598625** e o código CRC **61F66643**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 48/2026/DETRAN - DLIC

Processo nº 0068.008553.00157/2025-27

1. OBJETO

1.1. Constitui como objeto a Contratação de serviço de Locação de veículos tipo **Micro-Ônibus, com condutor**, com ano mínimo de modelo/fabricação 2023, capacidade mínima de 16 lugares, seguro total, com motorista disponível para deslocamentos para interior do estado (com despesas por conta da Contratada) e com todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, para atender as necessidades deste Departamento Estadual de Trânsito.

2. DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO DO OBJETO

DESCRIÇÃO DO OBJETO (A)	QTDE PARA REGISTRO (B)	ESTIMATIVA PARA CONTRATAÇÃO (C)	VALOR UNITÁRIO (D)	QUANTIDADE MESES (E)	QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO (F)	VALOR TOTAL PRA 12 MESES (G)
SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO MICRO-ÔNIBUS COM CONDUTOR - Serviço de locação de veículo tipo MICRO-ÔNIBUS, capacidade mínima 16 (dezesesseis) lugares, seguro total, <u>com motorista</u> disponível para deslocamentos para interior do estado (<u>com despesas</u> por conta da Contratada), ar condicionado, ano e modelo de fabricação a partir de 2023. Potência mínima de 129 CV e 4 Cilindros. Seguro total. Cor: Branca. Por 12 (doze) meses.	05	03		12		

NOTA EXPLICATIVA

1.- O LICITANTE DEVERÁ CADASTRAR NO SISTEMA "COMPRASNET" O VALOR TOTAL DA **COLUNA (F)** (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO) .

2.- A **coluna F (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO)** se dar da multiplicação da **coluna D (VALOR UNITÁRIO)** e da **coluna E (QTDE DE MESES)**.

3.- A **coluna G (VALOR TOTAL PRA 12 MESES)** se dar da multiplicação da **coluna F (QTD DE MESES X VALOR UNITÁRIO)** e da **coluna B (QTDE PARA REGISTRO)**. A **FORMULAÇÃO DOS LANCES TAMBÉM DEVERÁ OBEDECER A ESTE MESMO CRITÉRIO**.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação para a prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência tem amparo legal amplo na Lei Federal nº. 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como os Decretos Estaduais nº 5.965/2010, 11.363/2023, 7.477/2014 e 9.457/2018, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos e demais legislação pertinente ao processo.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

4.1. A presente contratação tem por objeto a **locação de veículo tipo micro-ônibus, com motorista**, com capacidade mínima de 16 lugares, modelo/fabricação a partir de 2023, com seguro total, equipado conforme as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e com motorista habilitado na categoria (D) e disponível para realizar deslocamentos, inclusive para o interior do Estado do Acre, sendo que todas as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem correrão por conta da contratada.

4.2. Tal contratação justifica-se pela necessidade contínua deste Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC – de atender às demandas de **transporte coletivo de servidores, equipes técnicas e materiais** em ações administrativas e operacionais, incluindo **programas e projetos de educação para o trânsito, campanhas itinerantes, mutirões de serviços, fiscalizações e demais atividades institucionais** desenvolvidas em Rio Branco e nos demais municípios do estado.

4.3. O uso de veículo locado, com as características especificadas, proporciona maior **segurança, agilidade, economia e eficiência operacional**, evitando a imobilização de recursos públicos com frota própria, manutenção, seguros, contratação de pessoal e reposição de peças. Ademais, o deslocamento para áreas de difícil acesso e em longas distâncias requer um veículo novo, em perfeito estado de conservação e com cobertura de seguro total, o que reforça a necessidade de exigência de modelo recente.

4.4. Ressalta-se ainda que a demanda é **recorrente e indispensável** para o cumprimento das atribuições institucionais deste Departamento, sendo, portanto, **essencial garantir a disponibilidade de transporte adequado e regular para atender à população com qualidade e eficiência**.

4.5. Dessa forma, a contratação da empresa especializada por meio de processo licitatório, conforme previsto na legislação vigente, mostra-se **a solução mais viável e vantajosa para a Administração Pública**, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

5.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
5.1.	A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos: <ol style="list-style-type: none"> Objeto: Prestação de serviços de locação de veículo tipo micro-ônibus, por pessoa jurídica especializada. Condições do veículo : <ul style="list-style-type: none"> Capacidade mínima para 16 (dezesesseis) passageiros; Ano de fabricação/modelo a partir de 2023; Veículo equipado conforme exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Condições operacionais : <ul style="list-style-type: none"> Disponibilização de condutor devidamente habilitado; Cobertura de seguro total; Disponibilidade para deslocamentos no interior do Estado, sendo todas as despesas (alimentação, hospedagem e manutenção) de responsabilidade exclusiva da contratada. Finalidade: Atender às necessidades de transporte institucional do Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC, proporcionando segurança, conforto e regularidade nos deslocamentos de servidores e equipes técnicas.
6.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
6.1.	A solução proposta consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos do tipo micro-ônibus , devidamente equipado e com condutor habilitado, para atender às necessidades de transporte institucional do Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC .
6.2.	O serviço abrangerá a disponibilização de veículos com as seguintes especificações: <ul style="list-style-type: none"> Capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros; Ano de fabricação/modelo a partir de 2023; Cobertura de seguro total; Atendimento às normas e exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Disponibilidade de condutor devidamente habilitado, incluso no contrato; Realização de deslocamentos para o interior do Estado, com todas as despesas (manutenção, alimentação e hospedagem do condutor) sob responsabilidade da contratada.
6.3.	A contratação permitirá a execução de deslocamentos institucionais com segurança, conforto e eficiência, assegurando condições adequadas para o cumprimento das atividades finalísticas e administrativas do DETRAN/AC, sem a necessidade de investimentos em frota própria e sem sobrecarga na estrutura operacional do órgão.
7.	JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
7.1.	Após análise técnica e administrativa, verificou-se que não há viabilidade de parcelamento do objeto. A solução deve ser contratada de forma integral, uma vez que se trata de serviço contínuo e indivisível de locação de veículos tipo micro-ônibus com condutor, que demanda padronização das condições contratuais, cobertura securitária e responsabilidade única da contratada quanto a manutenção, deslocamentos e demais despesas.
7.2.	O parcelamento poderia gerar riscos à execução, tais como: <ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de padronização da frota , prejudicando a qualidade e a segurança no transporte; Responsabilidades difusas entre diferentes fornecedores, especialmente no tocante a seguro total, manutenção e deslocamentos para o interior; Elevação dos custos administrativos para o DETRAN/AC na gestão de múltiplos contratos.
7.3.	Portanto, conclui-se que a contratação deve ocorrer de forma unificada, assegurando maior eficiência, economicidade e segurança jurídica para a Administração, além de garantir a prestação do serviço dentro dos parâmetros exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pelas necessidades institucionais do DETRAN/AC.
8.	DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO
8.1.	Pregão Eletrônico para Registro de Preços do tipo Menor Preço Por Item;
9.	DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1.	DA JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO SRP
9.1.1.	A adoção ao Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade da aquisição de forma parcelada e pela imprevisibilidade em relação ao quantitativo demandado, o qual será conforme a necessidade do órgão, conforme incisos II e IV do artigo 303 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
9.2.	INDICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA DO SRP
9.2.1.	O DETRAN é o órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.
9.3.	DOS ÓRGÃO E ENTIDADES PARTICIPANTES
9.3.1.	A participação de Órgãos ou entidades serão definidos conforme manifestação de interesse, após a publicação da Intenção de Registro de Preços - IRP.
9.4.	PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE SRP
9.4.1.	Findo o processo licitatório, a qualquer momento, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado, a licitante vencedora e o DETRAN/AC poderão formalizar a Ata de Sistema de Registro de Preços.
9.4.2.	O prazo de convocação, para assinatura da ata de SRP, poderá ser prorrogado uma vez por igual período, conforme condições indicadas no parágrafo 1º do art. 322 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
9.5.	PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE SRP
9.5.1.	O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses.
9.5.2.	Ocorrendo a prorrogação da vigência da ata, poderá ser prorrogado a renovação dos quantitativos iniciais da ARP.
9.5.3.	O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 341 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
9.6.	PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES.
9.6.1.	Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº 11.363/2023.
9.7.	DA FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.7.1.	Serão registrados os preços na forma estabelecida no Decreto Estadual nº 11.363/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme minuta da Ata de Registro, não obrigando o DETRAN/AC a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
9.7.2.	A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
9.7.3.	As demais disposições que regulam o uso da Ata de Registro de Preços estão definidas na minuta da Ata, anexo do TR.
9.8.	OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA (ART. 307 DO DECRETO ESTADUAL Nº. 11.363/2023)
9.8.1.	Instaurar e realizar procedimento público de IRP, ou justificar sua não abertura.
9.8.2.	Dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objeto de licitação para registro de preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento.
9.8.3.	Informar a descrição do objeto, disponibilizando o ETP, TR, projeto básico ou documento que contenha as especificações mínimas orientadoras da contratação, quando houver.
9.8.4.	Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

- a) os quantitativos considerados ínfimos;
- b) a inclusão de novos itens; e
- c) Os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

9.8.5. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos TRs ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

9.8.6. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada.

9.8.7. Confirmar, junto aos órgãos ou entidades participantes, sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao TR ou projeto básico, caso o órgão ou entidade gerenciadora entenda pertinente.

9.8.8. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do processo licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes.

9.8.9. Definir o direito de preferência para as contratações decorrentes da ata de registro de preços.

9.8.10. Remanejar os quantitativos da ata de registro de preços.

9.8.11. Assinar, gerenciar e fiscalizar o cumprimento da ata de registro de preços.

9.8.12. Publicar a ata de registro de preços e eventuais alterações no PNCP.

9.8.13. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados.

9.8.14. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso IV.

9.8.15. Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 303 e indeferir os pedidos que não o atendam.

9.8.16. Vedar a participação de órgão ou entidade que já figure como participante de ata de registro de preços vigente, formalizada com o mesmo objeto, salvo se o quantitativo registrado for inferior ao demandado ou se a intenção de participação se referir a demanda para substituição de ata de registro de preços.

9.8.17. Dar conhecimento aos participantes sobre eventuais alterações na ata de registro de preços.

9.8.18. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, quando cabível.

9.8.19. Convocar os integrantes do cadastro de reserva, quando for o caso.

9.8.20. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no processo licitatório ou na contratação direta e registrá-las nos sistemas pertinentes.

9.8.21. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento dos itens pactuado na ata de registro de preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las nos sistemas pertinentes; e

9.8.22. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 334.

10. PROPOSTA

10.1. A apresentação da proposta implica na aceitação de **todas as condições do edital**;

10.2. Na elaboração da proposta de preços, a licitante deverá considerar todas suas obrigações contidas na **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)** vigente à época de sua formulação, bem como seus respectivos termos aditivos, aplicáveis à categoria profissional dos condutores de acordo com a atividade econômica preponderante em relação aos seus condutores.

10.3. A indicação da norma coletiva e o cumprimento de seus preceitos remuneratórios e sociais serão condições indispensáveis para que a Administração possa realizar a análise da exequibilidade da proposta.

10.4. Conforme estabelecido neste Termo de Referência, a proposta deverá contemplar os direitos pertinentes aos seus condutores previstos na Convenção ou Acordo Coletivo vigente à época da apresentação da proposta, assegurando que o valor global ofertado suporte integralmente os pisos salariais e benefícios obrigatórios.

10.5. A formulação de proposta em desconformidade com os parâmetros salariais vigentes da categoria poderá ensejar a desclassificação da licitante por inexecuibilidade de custos.

10.6. Na proposta de preços deverá constar a discriminação detalhada do Veículo, tipo, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, impostos, tributos, taxas, fretes, transportes, licenciamento, emplacamento e quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre os serviços, ainda que não estejam registrados nestes documentos, conforme detalhado no **ANEXO I deste Termo de Referência**;

10.7. Ao formular a proposta de preços, os licitantes deverão atentar-se para que o valor unitário do item ofertado, seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços unitários inexatos ou com mais de duas decimais e dificuldade na emissão da nota de empenho e dos documentos fiscais.

10.8. **A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar juntamente com a proposta de preços, sua planilha de composição de custos e formação de preços, explicitando o preço unitário por veículo locado e motorista, considerando o modelo referencial (Anexo I), se constituindo no parâmetro de aceitabilidade dos preços ofertados na licitação.**

10.9. **Após a etapa de lances o pregoeiro (a suspenderá a sessão e encaminhará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar juntamente com a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, ao Chefe da Divisão de Transportes na condição de representante do DETRAN/AC, responsável por analisar e expedir parecer técnico acerca da viabilidade e aceitabilidade da proposta de preços.**

10.10. Julgamento e Aceitação:

10.10.1. Caso a empresa em seu valor final ofertado apresente indícios de inexecuibilidade, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração realizará diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja expressamente demonstrada por todos os meios considerados idôneos.

10.10.2. Será considerada vencedora, a empresa, cuja proposta contenha o menor valor por item e, desde que, atenda todas as exigências contidas neste Termo, bem como, no Edital do Pregão;

10.10.3. O prazo mínimo de validade das propostas de preços **será de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

10.10.4. O julgamento das propostas obedecerá ao seguinte critério:

10.10.4.1. Menor Preço Por Item.

11. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1. Para fins de habilitação jurídica, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

11.2. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**, com a descrição da atividade econômica compatível com o objeto licitado (locação de veículos, reboque, transporte ou atividade correlata);

11.3. **Registro comercial**, no caso de empresário individual;

11.4. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e cooperativas, acompanhados de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

11.5. **Caso a licitante participe da licitação por meio de filial**, deverá comprovar que esta detém poderes contratuais para representá-la, mediante apresentação dos documentos específicos.

11.6. Todos os documentos deverão estar em plena vigência, conter as alterações contratuais consolidadas e demonstrar a legal representação da empresa para fins de assinatura do contrato.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Qualificação Técnica deverá ser comprovada pela empresa proponente mediante: Atestado de capacidade técnica, expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente, compatível ou similar em características, com o objeto deste Termo de Referência, **podendo ser exigido** da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

12.2. Apresentar declaração formal de sua disponibilidade de recursos necessários para o atendimento do objeto de licitação.

13. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1. A documentação de qualificação econômico-financeira será restrita à apresentação da seguinte documentação:

13.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

- 13.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 13.4. O documento referido no item 13.2 limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 13.5. Os documentos mencionados nos itens 13.2 e 13.3 poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração
- 13.6. Será exigido capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme dispõe o § 4º do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.7. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

14. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 14.1. Tais documentações deverão ser aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
 - Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
 - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas estimadas para a contratação do serviço, objeto deste Termo de Referência, correrão à conta da seguinte dotação:

- Programa de Trabalho: 45.05.00.00 – Manutenção das atividades administrativas e operacionais.
- Natureza da Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
- Fonte de Recursos: 17530700 – Recursos Provenientes de Taxas e Preços Públicos.

16. DO LOCAL, PRAZO E REQUISITOS DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 16.1. Para o serviço de locação dos veículos, objeto deste Termo, a entrega deverá obedecer aos seguintes requisitos:
- 16.1.1. A primeira entrega deverá ser realizada em **até 30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.
- 16.1.2. As entregas dos veículos, será feita mediante as mesmas especificações e no endereço indicado neste Termo de Referência;
- 16.1.3. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto deste Termo, **incluindo o pagamento de impostos, tributos, taxas, fretes, transportes, licenciamento, emplacamento e quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre o serviço, ainda que não estejam registrados nestes documentos;**
- 16.1.4. **Compete ao DETRAN o desempenho das atividades de inspeção** de veículos automotores, em conjunto com a unidade adquirente, e do seu emplacamento/registro junto aos órgãos, devendo ter como Ano/Modelo de fabricação o indicado no edital da licitação;
- 16.1.5. O veículo a ser locado deverá ser seminovo ou novo, **com ano e modelo de fabricação no mínimo de 2023** ;
- 16.1.6. As empresas que não cumprirem o prazo estipulado sofrerão as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 16.1.7. Proceder à entrega do veículo/serviço de acordo com o proposto na licitação no local indicado:
- Divisão de Transportes, situado na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco/AC, CEP 69919-600;**
- 16.1.8. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto, incluindo o pagamento de impostos, taxas e emolumentos, seguros, encargos sociais e trabalhistas que houver;
- 16.2. **Do recebimento provisório:**
- O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega do objeto acompanhado da assinatura de servidor designado, em requisição de entrega, canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a.1) Os veículos deverão estar em plenas condições de funcionamento, sem sinais externos de avaria de transporte;
- a.2) As condições dos veículos deverão estar em conformidade com este Termo e com as normas técnicas vigentes;

16.3. Do recebimento definitivo:

- 16.3.1. O recebimento definitivo dos bens contratados, deverá ser efetuado em **até 10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, por representante designado pela Administração para este fim, e ocorrerá apenas após a verificação da conformidade com as especificações e também após satisfeitas as condições abaixo:
- Compatibilidade do serviço entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência, bem como, na proposta da empresa fornecedora;
 - Conformidade do documento fiscal, quanto à identificação do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preço unitário e total;
 - Após verificação física que constata a integridade do material;
- 16.3.2. Os atrasos na prestação dos serviços e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, podendo ser aplicadas as sanções previstas neste Termo, no Edital e seus anexos, sem prejuízo das cominações legais previstas;

17. SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, exceto a permissão de SUBCONTRATAÇÃO dos serviços de registro, licenciamento e emplacamento, bem como os serviços de transporte dos veículos até os endereços de entrega indicado neste Termo de Referência, e ainda a subcontratação dos serviços de instalação de acessórios. Os serviços deverão ser realizados por rede autorizada pela fabricante, sem qualquer comprometimento da garantia.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

- 18.1. Não será permitida.
- 18.2. A fim de atender a disposição do art. 94, V do Decreto 11.363/2023:
- Art. 94. O TR será documento obrigatório para todos os processos licitatórios e contratações diretas destinados à aquisições de bens e contratação de serviços, devendo conter, no que couber, os seguintes parâmetros e elementos descritivos, dentre outros que se fizerem necessários:
- (....)
- V - previsão da vedação ou da participação de empresas sob a forma de consórcio no processo de contratação e justificativa para o caso de vedação;
- 18.3. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente processo licitatório. A colocação à participação de consórcios é fundamentada na natureza do objeto licitado, que não exige a atuação conjunta de empresas para sua plena execução. Considerando que a prestação de serviços pode ser realizada de forma eficiente por empresas individuais, essa restrição visa garantir maior celeridade e efetividade na execução contratual, bem como facilitar a fiscalização, a gestão administrativa do contrato e a responsabilização direta da contratada pelo cumprimento de suas obrigações.
- 18.4. Acerca das Cooperativas, por sua vez, atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desprezar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

19. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 19.1. **No valor da proposta apresentada deverão estar incluídos TODOS OS CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS o que já inclui o condutor e todos os seus encargos pertinentes à prestação do serviço.**
- 19.2. **As despesas com deslocamento do condutor, para os municípios, serão pagas pela contratada e deverão estar incluídas dentro da proposta apresentada pela empresa.**
- 19.3. O veículo deve estar em plena disposição do CONTRATANTE sem limite de quilometragem.
- 19.4. Em caso comprovado de danificação dos **veículos** por defeito de fábrica ou transporte, a vencedora se responsabiliza em substituir os mesmos, por um veículo novo de mesmo modelo ou superior, no prazo de 48h.

- 19.5. Os veículos estarão sujeitos à aceitação pelo DETRAN/AC, o qual caberá o direito de recusar, caso não estejam de acordo com o especificado;
- 19.6. O pagamento será mensal, descontados os dias de falta, em que os veículos não estiverem em circulação prestando serviços, devidamente justificado e aceito pelo fiscal;
- 19.7. O mau comportamento do condutor ou desempenho do serviço prestado poderá ser motivo de rescisão contratual;
- 19.8. **O DETRAN/AC fornecerá somente o combustível (Diesel S-10), por meio de cartão magnético, as demais despesas e manutenções com o veículo correrão por conta do proprietário e/ou contratado.**
- 19.9. **O veículo poderá deslocar-se para municípios do estado, as despesas com condutor, por exemplo, alimentação e demais despesas correrão por conta do proprietário e/ou contratado.**
- 19.10. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada no Departamento Estadual de Trânsito do Acre, órgão emite da Nota de Empenho, dirigida à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento do serviço;
- 19.11. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, o contratado sujeitar-se-á as penalidades constantes do item “Sanções”.
- 19.12. Para recebimento de demandas, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico e e-mail, no horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00h, e, caso seja necessário, atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para a CONTRATANTE;
- 19.13. A CONTRATADA não poderá alterar o objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito e mediante solicitação prévia ao CONTRATANTE que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, poderá, a seu critério, autorizar a alteração solicitada;
- 19.14. Essa solicitação de alteração deverá ocorrer no mínimo 5 (cinco) dias após a **Ordem de Serviço**;
- 19.15. **Os veículos locados** deverão ser entregues, data e hora indicados pelo CONTRATANTE, em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- 19.16. Qualquer despesa com transporte e/ou frete ou demais custos relativos a entrega do objeto licitado, correrão por conta da empresa vencedora do certame.
- 19.17. **Os veículos** a serem contratados enquadram-se na definição de comuns conforme disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos;
- 19.18. A locação do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta;
- 19.19. A falta de quaisquer dos serviços necessários ao atendimento das demandas não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta licitação e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 19.20. Os valores oferecidos na proposta não poderão ser alterados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 19.21. Os valores propostos deverão ser contados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto do Termo de Referência, inclusive com as despesas de transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvido em razão da prestação desses serviços, objeto deste termo, não cabendo ao DETRAN/AC quaisquer custos adicionais;
- 19.22. Os Veículos deverão estar identificados com a identidade visual fornecida pelo DETRAN/AC.
- 19.23. **Será aceita a proposta que atenda a todos os requisitos especificados no Edital e seus anexos, sendo vencedora a empresa que apresentar MENOR PREÇO POR ITEM.**
- 19.24. A contratante **poderá** realizar uma vistoria completa no veículo antes da contratação, a fim de verificar o seu estado e o atendimento aos requisitos mínimos especificados neste Termo de Referência.
- 20. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 20.1. No intuito de resguardar a adequada execução contratual e garantir a segurança da prestação dos serviços, o DETRAN/AC exigirá, **como condição para a assinatura do contrato**, a apresentação dos seguintes documentos e comprovações pela empresa contratada, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN):
- 20.2. **Relação de Empregados Alocados**
- 20.2.1. Apresentação de relação nominal dos empregados designados para a execução dos serviços contratados, contendo as seguintes informações mínimas:
- Nome completo, número do CPF, cargo ou função;
 - Valor do salário mensal, carga horária mensal, período de vínculo empregatício;
 - Valor recolhido a título de FGTS e INSS;
 - Número de Identificação do Trabalhador (NIT);
 - Outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte da contratada.
- 20.3. **Requisitos para os Condutores dos Veículos**
- 20.3.1. A empresa contratada deverá apresentar, para cada condutor designado, os seguintes documentos:
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria mínima “D”, compatível com **Micro-Ônibus**, conforme o art. 143, inciso IV, da Lei nº 9.503/1997 (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 789/2020.
 - **Comprovação de que o condutor não cometeu, nos últimos 12 (doze) meses, infrações de trânsito que resultem em penalidades e medidas administrativas, conforme o disposto no art. 138, § 2º do CTB;**
 - Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Estadual e/ou Federal;
 - Nada Consta emitido pelo DETRAN/AC;
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devidamente assinada;
 - RG e CPF do condutor;
 - Comprovante de realização de exame toxicológico, nos termos do art. 148-A do CTB, obrigatório para condutores das categorias C, D e E.
- Parágrafo único. Caso a documentação apresentada seja em cópia simples, deverá estar acompanhada dos respectivos originais para conferência, no momento da entrega.
- 20.4. **Requisitos para os Veículos**
- Capacidade mínima para 16 (dezesseis) passageiros;
 - Ano de fabricação/modelo a partir de 2023;
 - Veículo equipado conforme exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- 20.4.1. Os veículos a serem utilizados na prestação dos serviços deverão apresentar os seguintes documentos:
- **Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), em situação regular perante o Departamento Estadual de Trânsito, independente da unidade federativa ;**
 - Contrato de compra e venda, ou termo de cessão de uso, quando o veículo não pertencer diretamente à contratada;
 - Vistoria técnica do veículo, expedida pela Divisão de Transportes do DETRAN/AC, atestando as condições de segurança, conservação e funcionamento adequado ao serviço a ser prestado.

21. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

- 21.1. A gestão do contrato será efetuada por servidor responsável, nomeado através de portaria, na condição de representante do DETRAN/AC, o qual será indicado para atuar na qualidade de “gestor do contrato”.
- 21.2. A execução, acompanhamento e fiscalização da entrega dos Serviços, serão de responsabilidade do **Chefe da Divisão de Transportes** na condição de representante do DETRAN/AC, o qual será nomeado **“fiscal do contrato”**, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133 /2021, tendo como atribuições mínimas:
- 21.3. Acompanhar a execução físico-financeira do contrato, assim como **o preenchimento correto do DIÁRIO DE BORDO**, contendo todos os percursos/rotas, horários, odômetros de saída e chegada, etc., e apresentá-lo no ato de pagamento.

- 21.4. Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução do objeto para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;
- 21.5. Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- 21.6. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;
- 21.7. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;
- 21.8. Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;
- 21.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 21.10. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 22.1. Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias** do recebimento, após devidamente atestadas pelo fiscal;
- 22.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o proposto;
- 22.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega dos serviços;
- 22.4. O DETRAN/AC não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 22.5. A solicitação para fornecimento do objeto se dará através de Ordem de Serviço, assinada pelo servidor nomeado na qualidade de “gestor do contrato”, e será encaminhada à Contratada informando a quantidade.
- 22.6. Fornecer o combustível, ficando as demais despesas e manutenções do veículo a cargo do proprietário e/ou contratado.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. Zelar pela padronização e qualidade dos veículos locados;
- 23.2. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto, quando apresentar-se, danificado ou com qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, ou ainda por outro motivo apurado pela fiscalização deste DETRAN.
- 23.3. Proceder à entrega dos serviços de acordo com o proposto na licitação, na **Divisão de Transporte**, situada na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera – Rio Branco/AC, a fim de averiguar a compatibilidade dos objetos entregues, com as especificações constantes neste Termo.
- 23.4. Ressarcir o DETRAN/AC do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto licitado, exceto quando isso ocorrer por exigência do próprio Contratante, ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas, que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo DETRAN/AC;
- 23.5. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário a execução do objeto do contrato;
- 23.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao DETRAN/AC ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA ou auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na pessoa de preposto (representantes).
- 23.7. Promover a entrega do objeto no prazo, local e condições propostas, sem qualquer ônus adicional ao DETRAN/AC;
- 23.8. Responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos serviços a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 23.9. Manter durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 23.10. Substituir imediatamente qualquer veículo que não atendam ao disposto no Termo de Referência sem direito a ressarcimento e sem ônus para a CONTRATANTE;
- 23.11. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação, ainda que verificado o acidente em dependências da Contratante
- 23.12. Executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e de conformidade com as especificações, condições e descrições constantes deste Termo de Referência;
- 23.13. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo DETRAN/AC;
- 23.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços contratados;
- 23.15. Dar plena garantia sobre a qualidade do veículo locado por no mínimo 12 (doze) meses sem limites de quilometragem, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos, pela entrega do mesmo em desconformidade com o especificado no Edital, caso não seja possível à troca, tudo a encargo da CONTRATADA.
- 23.16. Nesse período, o fornecedor estará obrigado a reparar ou substituir os equipamentos e peças defeituosas, às suas expensas, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes, assegurando assistência técnica de boa qualidade durante o período de garantia oferecido em sua proposta;
- 23.17. A contratada deverá providenciar e comprovar a inscrição do veículo a ser entregue junto ao RENAVAL, observados os números dos chassis, categoria, combustível, ano, cor e demais características de cada veículo, bem como o atendimento das exigências do Código de Trânsito Brasileiro e de todas as resoluções que o complementam;
- 23.18. **Apresentar como condição de assinatura do contrato, o Seguro contra Terceiros, para cobertura de cada um dos veículos e para o condutor.**
- 23.19. **Realizar o pagamento do seguro obrigatório, referente ao ano da entrega do veículo, assim como nos anos subsequentes, comprovando por meio de entrega de cópia do pagamento ao DETRAN/AC.**
- 23.20. **Será de responsabilidade da contratada arcar e quitar com os custos relativos a multas que venham a receber o condutor/veículo durante a vigência do contrato.**
- 23.21. O fornecedor deverá entregar bens de qualidade, conforme especificado neste Termo de Referência, que serão fiscalizados pelo DETRAN/AC, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata em caso de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;
- 23.22. **A contratada deverá fornecer à contratante condutor disponível, caso houver necessidade de deslocamentos para municípios, COM DESPESAS por conta da Contratada.**
- 23.23. **A contratada deverá arcar com todas as DESPESAS do condutor durante os deslocamentos.**
- 23.24. Para assinatura de contrato de locação de veículos, pessoa física ou jurídica, a apresentação de documentos de propriedade dos veículos, não sendo proprietária dos mesmos, deverá apresentar documentação hábil, devidamente registrada em Cartório de Títulos e Documentos, comprovando a sua cessão, locação ou “leasing”, tais como: cópia autenticada do documento de propriedade do veículo, nota fiscal emitida por montadora ou revenda autorizada (1ª via) original, contratos, etc.
- 23.25. **A contratada deverá manter a documentação dos veículos atualizada.**
- 23.26. **Os veículos deverão ficar lotados no DETRAN/AC, com exceção de quando for agendada a manutenção destes.**
- 23.27. A contratada estará sujeita:
- 23.28. Realizar revisões conforme periodicidade indicada pelo Manual do Proprietário (padrão) de cada veículo, durante o prazo de garantia.
- 23.29. **A contratada deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, caso ocorra à paralisação do veículo por problema mecânico, colisão, etc., substituir o veículo por outro com as mesmas características e utilidade.**
- 23.30. **A contratada deverá comunicar a Divisão de Transporte, com pelo menos 72 (setenta e dois) horas de antecedência, sobre o agendamento da manutenção dos veículos.**
- 23.31. A contratada deverá sempre manter o veículo em perfeito estado de uso, fazendo as manutenções necessárias e obrigatórias, para não prejudicar o andamento das atividades da contratante.
- 23.32. **A contratada deverá prestar serviços de segunda-feira a sexta-feira, sendo 8 horas por dia (horário de expediente), com 2 horas de almoço, bem como aos sábados e feriados, caso o DETRAN/AC necessite dos serviços nestes dias.**
- 23.33. **A contratada deverá deixar o veículo a disposição do DETRAN/AC, durante toda a vigência do contrato, inexistindo sob qualquer pretexto o pagamento de remunerações extraordinárias.**
- 23.34. Observar rigorosamente, a legislação sanitária e as normas regulamentares sobre higiene emanadas pelos Órgãos competentes;
- 23.35. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos (representantes) no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da Contratante;

- 23.36. O condutor será responsabilizado por quaisquer multas que venham a ser aplicadas.
- 23.37. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo DETRAN/AC;
- 23.38. A CONTRATADA deverá entregar bens de qualidade, conforme especificado neste Termo de Referência, que serão fiscalizados pelo DETRAN/AC, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata em caso de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;
- 24. DOS IMPEDIMENTOS**
- 24.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de Cargo de Direção, Chefia ou Assessoramento desta Autarquia.
- 24.2. É vedada a participação de Sociedades Cooperativas.
- 25. DO PAGAMENTO.**
- 25.1. O pagamento será efetuado **até o 30º (trigésimo) dia**, mediante apresentação da nota fiscal, referente à entrega dos materiais, e dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:
- Certidão Negativa de Débitos Estadual, referente ao domicílio ou sede da licitante.
 - Certidão Negativa de Débitos Municipal, referente ao domicílio ou sede da licitante.
 - Certificado de Regularidade FGTS.
 - Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.
 - Extrato do Portal da Transparência, referente ao campo de pesquisa de empresas inidôneas e suspensas.
- 25.2. A nota fiscal/fatura deverá ser preenchida em nome do Departamento Estadual de Trânsito do Acre, com sede na Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco -Acre, CEP 69918-084, CNPJ nº 01.005.762/0001-43, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Pregão, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e do Empenho;
- 25.3. O pagamento será feito após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;
- 25.4. A critério da Contratante, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada;
- 25.5. A nota fiscal/fatura que for apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 25.6. Não poderá ser imposta qualquer espécie de encargos moratórios por demora de recebimento do valor da fatura que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente;
- 25.7. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de nota fiscal ou fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;
- 25.8. Não será procedido qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no contrato;
- 25.9. As notas fiscais/faturas somente serão aceitas e atestadas pela Divisão de Transporte do DETRAN/AC, após a comprovação da regularidade fiscal por parte da empresa.
- 25.10. **Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de 30 (trinta) dias, desde que comprovada a responsabilidade da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:**
- $I = (TX/100)$**
- 365**
- EM = I x N x VP, onde:**
- I = Índice de atualização Financeira;**
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;**
- EM = Encargos Moratórios;**
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**
- VP = Valor da Parcela em atraso**
- 25.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 25.12. Com advento do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os poderes devem utilizar o sistema de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que é feito por meio do endereço eletrônico <http://sefaz.acre.gov.br>.
- 26. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**
- 26.1. Durante a vigência do presente Contrato, os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses previstas no § 8º do art. 25 e no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação da ocorrência dos fatores ensejadores. Igualmente, admite-se a revisão para adequação aos novos preços praticados no mercado, caso comprovada a redução ou aumento dos custos dos insumos ou dos serviços contratados.
- 26.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- 26.3. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- 26.4. O prazo para resposta e concessão de um pedido de Reequilíbrio Econômico, Repactuação ou Reajuste de Contratos será no máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 26.5. Enquanto eventuais pedidos de revisão, reajuste ou repactuação de preços estiverem em análise, a CONTRATADA deverá manter a execução regular dos serviços e, quando for o caso, o fornecimento dos materiais e equipamentos, sendo certo que, nesse período, os pagamentos serão efetuados com base nos preços então vigentes; concluída a análise e comprovado o direito à revisão, reajuste ou repactuação, a Administração promoverá o devido apostilamento contratual (art. 136 da Lei 14.133/2021) e passará a realizar os pagamentos pelos valores atualizados, ficando eventuais diferenças retroativas condicionadas à comprovação, pela CONTRATADA, dos custos adicionais que as fundamentam.
- 26.6. **A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, elaborar um requerimento pleiteando a "reajuste/revisão/repactuação de preços", sob pena de "preclusão lógica" do direito.**
- 26.7. DA REVISÃO**
- 26.7.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
- 26.7.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.
- 26.7.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- 26.7.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.
- 26.7.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os serviços/materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.
- 26.8. DO REAJUSTE**
- 26.8.1. Será admitido o reajuste de preços, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data da apresentação da proposta, mediante a aplicação do IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente sobre os componentes do contrato não vinculados à mão de obra, vedada a aplicação de reajuste sobre os custos de pessoal, os quais serão objeto de

repactuação, nos termos da legislação vigente.

26.9. DA REPACTUAÇÃO

26.9.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja solicitada pela Empresa contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

26.9.2. Para os custos que envolvam da mão de obra (folha de salários) as repactuações somente poderão ser efetuadas com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de Lei, e estiver vinculada às datas-base desses Instrumentos.

26.9.3. As repactuações para fazer face à elevação dos custos do contrato, respeitada a anualidade e as regras de que tratam os itens anteriores, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da Empresa contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

26.9.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos utensílios, materiais de consumo e insumos necessários à execução do serviço.

26.9.5. O período mínimo de 01 ano para a primeira repactuação será contado a partir:

26.9.6. Dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato, quando a variação dos custos inerentes à folha de salários estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

26.9.7. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor do preço público (tarifa);

26.9.8. Da data limite para apresentação da proposta constante do edital para os custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos utensílios, materiais de consumo e insumos necessários à execução do serviço, se houver.

26.9.9. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação.

26.9.10. As repactuações serão precedidas de solicitação da Empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de nova Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como de memória de cálculo, e ainda, do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for à variação de custos objeto da repactuação.

26.9.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

26.9.12. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

26.9.13. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Empresa contratada não cumprir as eventuais diligências com o objetivo de apresentar a documentação solicitada pela Administração contratante para a comprovação da variação dos custos.

26.9.14. As repactuações serão formalizadas por meio de termo aditivo ao contrato, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

26.9.15. A Administração contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Empresa contratada.

26.9.16. O prazo para a Empresa contratada solicitar a repactuação preclui com a assinatura da prorrogação contratual subsequente à data do fato gerador que lhe deu ensejo ou com o encerramento do contrato, e nova solicitação somente poderá ser pleiteada com o surgimento de novo fato gerador. Se no ato da prorrogação contratual, houver dissídio/convenção coletiva pendente de decisão, deverá haver ressalva expressa no termo aditivo sob pena de preclusão do direito. A mesma sistemática se aplica caso a prorrogação contratual ocorra antes da divulgação do IPCA do período correspondente.

26.9.17. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

26.9.17.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

26.9.17.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

26.9.17.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

26.9.18. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

26.9.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

26.9.20. O prazo para resposta e concessão de um pedido de Reequilíbrio Econômico, Repactuação ou Reajuste de Contratos será no máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

27. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

28. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DOS CONTRATOS

28.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, desde que, observado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

28.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

29. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

29.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

30. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E EFICÁCIA

30.1. DA VIGÊNCIA

30.2. A duração dos contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

30.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogável por até 5 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

30.4. DA EFICÁCIA

30.4.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

30.4.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

30.4.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

30.4.2.2. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

31. RESCISÃO CONTRATUAL

31.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, bem como o disposto no Decreto Nº 11.363 DE 22/12/2023 e demais legislação pertinente.

32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

32.1. Comete infração administrativa nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, a Contratada que:

32.1.1. Der causa à inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

32.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

32.1.3. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;

32.1.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

- 32.1.5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 32.1.6. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 32.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 32.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 32.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 32.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 32.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 32.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 32.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- 32.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 32.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:
- 32.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 32.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 32.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 32.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.
- 32.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 32.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

33. DAS GARANTIAS

- 33.1. A contratada deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da homologação da licitação e quando da assinatura do contrato, a garantia de 5% do valor inicial do contrato, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, ficando a critério da contratada as seguintes formas de garantia:
- 33.2. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da **CONTRATANTE**, à vista das justificativas que lhe forem apresentadas pela **CONTRATADA**.
- 33.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa.
- 33.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, autoriza a **CONTRATANTE** a promover a rescisão deste contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas;
- 33.5. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme Art.96, da Lei 14.133/2021:
- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - II - seguro-garantia;
 - III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
 - IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

34. ANTICORRUPÇÃO

- 34.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.
- 34.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.
- 34.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias do DETRAN/AC, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:
- E-mail: ouvidoria.detrان@ac.gov.br
- Telefone: (68) 3215-4160
- Ramal: 2007
- Endereço: Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, Cep: 69919-600.

35. DOS CASOS OMISSOS

- 35.1. Nos casos omissos neste Termo de Referência, no contrato ou em situações que, por sua natureza, não tenham sido expressamente previstas nas cláusulas anteriores, as partes deverão observar as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, de forma subsidiária, aplicar as normas de direito público, orientando-se pelos princípios da administração pública, pelas disposições do Código Civil e pela legislação pertinente à matéria.

ANEXO I-A - PLANILHA DE CUSTOS E DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA I - VEÍCULO "MICRO-ÔNIBUS"

1-VEÍCULO		
COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS BÁSICOS		
	1. CUSTO FIXOS	VALOR (R\$)
A	DEPRECIÇÃO	R\$
B	LICENCIAMENTO	R\$
C	IPVA	R\$
D	SEGUROS	R\$
E	OUTROS (ESPECIFICAR)	R\$
	SUB-TOTAL DE 1.1	R\$
	2. CUSTO VARIÁVEIS	VALOR (R\$)
F	MANUTENÇÃO (PEÇAS)	R\$

G	MANUTENÇÃO (PNEUS E CÂMARAS)	R\$
H	MANUTENÇÃO (MÃO DE OBRA)	R\$
I	REVISÕES	R\$
J	OUTROS (ESPECIFICAR)	R\$
	SUB-TOTAL DE 1.2	R\$
L	CUSTO MENSAL BÁSICO DO VEÍCULO (1.1 + 1.2)	R\$

PLANILHA 2 - MOTORISTA

OBS.: A PLANILHAS AFETA À MÃO DE OBRA (MOTORISTA) DEMONSTRAM A FORMAÇÃO DO CUSTO MENSAL DE (UM) MOTORISTA

2 - MOTORISTA		
COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS		
	1. MÃO DE OBRA	VALOR (R\$)
A	REMUNERAÇÃO (Salário, Adicionais de Periculosidade, Insalubridade e outros)	R\$
B	Insumos de Mão de Obra (vales transporte/a limentação, Treinamento e outros)	R\$
C	Encargos Sociais/Trabalhistas (INSS, FGTS, SAT, Férias, 13º e outros)	R\$
	SUB-TOTAL DE 2.1	R\$
	DEMAIS COMPONENTES	VALOR (R\$)
D	Despesas Operacionais e Administrativas	R\$
E	Lucro	R\$
F	Outros (Especificar)	R\$
	SUB-TOTAL DE 2.2	R\$
	2.3	VALOR (R\$)
G	Tributos Federais (exceto IRPJ e CSLL)	R\$
H	Tributos Estaduais	R\$
I	Tributos Municipais	R\$
J	Outros (Especificar)	R\$
	SUB-TOTAL DE 2.3	R\$
K	CUSTO MENSAL POR MOTORISTA (2.1 + 2.2 + 2.3)	R\$

Elaborado por:

Aritana Oliveira de Sousa
Chefe da Divisão de Transportes
Portaria Nº 467 de 06/05/2025
DOE Nº 14.015

Responsável Técnico:

Orlando Sampaio S. Neto
Chefe da Divisão de Licitações
Portaria nº 959, de 08/10/2025.
DOE nº 14.124

Autorizado:

Taynara Martins Barbosa
Presidente do Departamento Estadual de Trânsito DECRETO Nº 49-P DE 02/01/23
DOE Nº 13.444